

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.065 - SP (2019/0117858-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A
ADVOGADO : HÉLIO YAZBEK - SP168204
EMBARGADO : VINÍCIUS NATO PORTILHO MACHADO
ADVOGADO : ALEXANDRE FESTNER MARTINS MARQUES - SP148964
INTERES. : WINDSOR INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADOS : ROBERTO RACHED JORGE - SP208520
DAVI GONÇALVES E OUTRO(S) - SP340257
KAMILA CRISTINA BARIZON DA SILVA - SP363626
DIEGO ALCÂNTARA LEAL - SP377615

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A contra decisão monocrática, desta relatoria, que conheceu do agravo e deu parcial provimento ao recurso especial para considerar válida a cobrança da comissão de corretagem, eis que observado o dever de informação ao consumidor (e-STJ fls. 625/637).

Aduz, em síntese, que há omissão a ser suprida, nos termos do artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto necessário o pronunciamento acerca do pagamento das custas e despesas processuais, bem como da inversão dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (e-STJ fl. 653).

Os embargos foram opostos tempestivamente.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para os presentes embargos de declaração.

Consoante o artigo 1.022 do estatuto processual civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: (i) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e (iii) corrigir erro material.

Superior Tribunal de Justiça

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil de 2015 considera, ainda, omissa a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas no artigo 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: (i) se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; (ii) emprega conceitos jurídicos indeterminados; (iii) invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; (iv) não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; (v) invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e (vi) deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do artigo 489 do mencionado estatuto processual civil impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Esposando tal entendimento, o precedente da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

I - Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato praticado pela E. Quarta Turma desta Corte. Na decisão recorrida denegou-se a segurança.

II - Conforme entendimento pacífico desta Corte: "*O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.* (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi

Superior Tribunal de Justiça

(desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016)".

[...]

XII - Agravo interno improvido.

(AgInt no MS n. 24.320/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/5/2019, DJe 23/5/2019).

No caso, a decisão embargada enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e suficiente, razão pela qual não merece reparo algum.

Saliente-se que esta Corte Superior possui entendimento consolidado, no sentido de que os honorários advocatícios recursais aplicam-se aos casos de não conhecimento integral ou de não provimento do recurso (EDcl no AgInt no REsp n. 1.573.573/RJ, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 8/5/2017).

Na espécie, o recurso da embargante foi parcialmente provido, não havendo que se falar em majoração de honorários em grau de recurso.

Desse modo, totalmente destituída de pertinência mencionada formulação, uma vez que não se ajusta aos estritos limites de atuação dos embargos, os quais se destinam, exclusivamente, à correção de eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material do julgado.

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora